

14331 - Organização das famílias assentadas em Tupanciretã para efetivar a política pública do PNAE como estratégia para a transição agroecológica.

Guidelines for submitting experiences narrations to the VIII Brazilian Congress of Agroecology – Porto Alegre, 2013

COSTA, Juliana¹; CIDADE, Rodrigo²

1 COPTec, juac4@bol.com.br; 2 COPTec, coptectupa@bol.com.br

Co autores: Capelesso, Claudir; Potter, Fernanda; Silva Ramos, Geneci de F.; Tomazelli, Graciele; Venâncio, João Ademir.

Resumo: Durante o ano de 2010, as famílias assentadas da Reforma Agrária em Tupanciretã, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passaram a se organizar a fim de que o gestor municipal implantasse a compra de no mínimo trinta por cento da alimentação escolar das instituições municipais provenientes da agricultura familiar, prevista na Lei 11.947. A resistência política e a falta de conhecimento administrativo por parte do órgão executor foram apontadas pelas famílias assentadas como os principais motivos da não operacionalização do programa no município, desencadeando uma estratégia inovadora para expor essas fragilidades e superar tais desafios. O coletivo organizado entorno do PNAE valeu-se de reuniões para dialogar com as escolas Estaduais do Município; reuniões para degustação dos produtos junto às autoridades envolvidas; bem como a problemática entorno do PNAE foi incorporada nas prioridades do trabalho técnico da extensão rural oficial feita pela COPTec. Este processo de mobilização e organização das famílias resultou no aumento da diversificação na produção e na busca da produção agroecológica por algumas famílias em Tupanciretã, município com a maior produção de soja do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; PNAE; organização; comercialização; produção agroecológica.

Abstract: During the year 2010, the families settled in Tupanciretã Agrarian Reform, through the Movement of Landless Rural Workers started to organize themselves in order that the city manager implanted buying at least thirty percent of school feeding municipal institutions from family farm, established by Law 11,947. The political resistance and lack of administrative knowledge by the executing agency were cited by families settled as the main reasons for non-operation program in the city, triggering an innovative strategy to expose those weaknesses and overcome such challenges. The surroundings of the Program organized group drew on meetings to dialogue with the state schools of the municipality; meetings for tasting product with the authorities involved, as well as the problem of the Program was built around the priorities of the technical work done by the extension officer COPTec. This process of mobilization and organization of families resulted in increased diversification in production and pursuit of agroecological production by some families Tupanciretã, the municipality with the highest production of soybeans in Rio Grande do Sul

Keywords: Agrarian Reform; PNAE, organization, marketing, agro-ecological production.

Contexto

Tupanciretã é um município localizado na região centro do RS, com cerca de 22.800 habitantes (IBGE, 2010), onde a economia do município é eminentemente advinda

do comércio e da produção primária, esta última centrada na produção de soja e de grãos para exportação.

É um município com uma grande extensão territorial, porém com uma baixa densidade demográfica no campo. A agricultura familiar no município é basicamente composta pelas famílias assentadas da Reforma Agrária, sendo estas 652 famílias distribuídas em 17 assentamentos. Embora estas famílias ocupem apenas 5% da área rural do município de Tupanciretã, elas representam 80% da população rural.

Tupanciretã é o maior produtor de soja do RS, o que influencia diretamente na matriz produtiva, inclusive das famílias assentadas. Embora um grande número de famílias se envolva também com a produção de leite e tenha ocorrido um grande desenvolvimento dessa atividade nos últimos 10 anos, a soja segue sendo a principal matriz produtiva dentro e fora dos assentamentos. A equipe técnica de ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental), junto com a COPERTEERRA (Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra LTDA) e com a regional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) tem buscado desenvolver as políticas institucionais de comercialização, visualizando-as como alternativas de construção para a diversificação e a agroecologia dentro dos assentamentos da região.

Em 2009 passa a ter vigor a Lei de Nº 11947 que: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. No Artigo 14 desta lei está previsto:

“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no **mínimo** 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL/FNDE, 2009, Art. 14)”.

Neste mesmo ano, a equipe de ATES contratada pelo INCRA para assessorar as famílias assentadas, COPTec-(Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA), inicia os Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs), onde, nas reuniões com as famílias, ficou nítida a necessidade de construir formas de comercialização para o excedente da produção. Além disso, um número considerável de famílias aponta uma desilusão com a produção de soja, mas não se sente segura para fazer opção por outra linha de produção.

Compreendendo esta política como uma grande oportunidade para incentivar técnicas de produção com base agroecológica e diversificada, gerando soberania alimentar, a equipe de ATES procurou assessorar e mobilizar as famílias para que estas pressionem o poder público local a fim de implementar esta política no município. Um grupo de cerca de quinze famílias iniciou o debate por meio de reuniões e discussões dentro da COPERTEERRA, que na seqüência resultaram em reuniões e audiências com o poder público local a fim de construir alternativas para a operacionalização do programa ainda no ano de 2010.

Uma grande conquista coletiva foi a saída de uma chamada pública ainda nos três últimos meses do ano letivo (Outubro, Novembro e Dezembro). Nos anos seguintes, 2011 e 2012, a quantidade de produtos adquiridos das famílias assentadas para a

alimentação escolar do município superou os 50% e nas escolas estaduais foi garantido ao menos o mínimo de 30%.

A equipe de ATES permanentemente vem se apropriando da Lei e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a fomentar e assessorar com mais intensidade a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra e o conjunto das famílias sobre o assunto. Algumas famílias demonstram interesse imediato e outras se mostram bastantes receosas com a possibilidade, também pelo fato de não conhecerem o programa. Ao mesmo tempo a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passa a discutir a importância dos Programas Institucionais de Comercialização (PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos) como estratégicos para o desenvolvimento das famílias assentadas e como uma alternativa para diversificação na produção.

Descrição da experiência

Com a demanda levantada com a construção dos PRA's, as visitas técnicas realizadas no segundo semestre de 2009 foram norteadas para conversar sobre o PNAE e sobre as formas de organização das famílias para efetivar o programa. Além disso, nas reuniões, palestras e oficinas desenvolvidas pela COPTec também era realizado o debate sobre o PNAE.

A partir da sensibilização estimulada pelas visitas e atividades coletivas, algumas famílias e grupos sentiram a possibilidade de viabilizar a comercialização da produção amparada pelas diretrizes da lei. Inicialmente 9 (nove) famílias e um grupo de mulheres começaram a pautar a cooperativa regional a necessidade diversificar a atuação para além do recolhimento, comercialização in natura e beneficiamento de parte do leite produzido nos assentamentos.

Para a cooperativa esta política também foi estratégica no escoamento da produção de leite pasteurizado e seus derivados provenientes da indústria UNI-COPERTERRA, a um preço justo sem a concorrência das grandes empresas.

No final do mês de julho de 2010 organizou-se uma atividade de apresentação dos produtos da Reforma Agrária para degustação, em um café da manhã na sede da própria cooperativa a fim de sensibilizar o poder público local para a qualidade dos produtos provenientes dos assentamentos e a partir de então absorção destes pelo PNAE junto à Prefeitura Municipal de Tupanciretã. Nesta atividade as famílias também foram mobilizadas para trazerem seus produtos.

A resistência política e administrativa da Secretaria de Educação do Município se mostrou como os principais entraves que inviabilizava a operacionalização e a compra de alimentos pelo programa. O encontro possibilitou expor essas fragilidades e influenciou diretamente a superação (mesmo que parcialmente) com a inserção das famílias assentadas no fornecimento da merenda escolar, via a abertura de um novo edital de compra incorporando produtos que antes não haviam sido levantados, tais como os produtos da Agroindústria UNI/COOPERTERRA, pães e bolachas caseiras, bergamotas, laranjas entre outros.

No mesmo mês foi realizada uma degustação dos produtos da reforma agrária com as diretoras de escolas estaduais do município e o interesse foi grande por parte

das escolas, que encomendaram e lançaram suas chamadas públicas incluindo os produtos ofertados na degustação.

Passou-se então a correr contra o tempo a fim de estruturar um espaço para pedir inspeção sanitária para organização de uma padaria coletiva na sede do Assentamento Conceição juntamente ao “Grupo de Mulheres Camponesas Mãos Unidas” para produzir para o PNAE.

Ainda durante este mês o Grupo de Mulheres “Mãos Unidas”, junto com outras mulheres de outros assentamentos de Tupanciretã foram levadas para visitar e conhecer a experiência do “Coletivo Mãe Terra” em Jóia, no PA Rondinha, onde elas têm uma padaria estruturada. Nesta visita as mulheres de Tupanciretã conseguiram visualizar uma experiência que está dando certo perto delas e com baixos investimentos, fruto do trabalho e da organização das próprias mulheres que compõem o grupo.

A partir deste trabalho se alterou a secretaria de educação do município e a prefeitura começa a comprar os produtos da reforma agrária de forma efetiva incorporando o PNAE como estratégia de governo superando os 30% previstos em lei.

Resultados

Todo este processo gerou a consolidação do grupo de famílias produtoras para o PNAE, com representantes dentro do Conselho Administrativo da COPERTERRA, firmando a comercialização para os Programas Institucionais como outra linha produtiva da cooperativa. Conseqüentemente gerou um processo de consolidação do programa e mesmo com a troca da administração do poder público municipal foi conseguido manter o programa e garantir as compras, porém houve um retrocesso por divergências de caráter político, mas mesmo assim foi garantida a compra por conta das diretrizes da lei. Além disso, foi somente a partir desta primeira experiência que se tornou possível ampliar a produção pelas famílias e o número de famílias envolvidas (iniciou com 9 e hoje o grupo é formado por 30 famílias). Isso possibilitou a cooperativa iniciar a elaboração e execução de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB.

A ampliação das áreas produzidas e do número de famílias vinculadas a outras formas de produção para além da soja e do leite cresce significativamente, qualificando a produção para autoconsumo e a geração de excedentes para além dos programas de compra institucional (como venda direta ao consumidor e feiras livres). Essa ampliação na produção demandou um maior acompanhamento dos produtores por parte da equipe de ATES, que vem incentivando a produção agroecológica de baixo custo, utilizando recursos encontrados no lote, tendo em vista a qualidade de vida e a busca da soberania, além de disponibilizar produtos com maior qualidade, lembrando que o público prioritário são principalmente crianças, para o caso da merenda escolar. Este fato possibilitou a retomada do debate sobre a agroecologia e o interesse das famílias por certificação orgânica fez com que a equipe de ATES passasse a buscar maiores informações sobre a possibilidade de certificação para algumas famílias, mesmo em um município onde a cultura da soja é predominante e a utilização de venenos (agrotóxicos) é massiva.

Dentro de uma propriedade rural a diversificação proporcionada pelas possibilidades de comercialização institucional além de servir para ampliar a renda das famílias, ainda possibilita a absorção da mão-de-obra da juventude e das mulheres, que dentro da monocultura são excluídos do processo produtivo, propiciando a valorização da auto-estima das famílias camponesas e a permanência destas no campo.

Com a organização das famílias e da produção, surgiram muitas dificuldades, que vêm sendo superadas conforme as possibilidades de comercialização avançam, porém a demanda por novas modalidades de crédito de financiamento e custeio desta nova linha produtiva segue como uma das principais demandas apontadas pelo grupo. Embora as famílias tenham acessado algumas linhas de financiamento via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Badesul via Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através das cooperativas para incentivar a produção de produtos in natura, estas ainda não são suficientes e se faz necessário o acesso a créditos especiais para o financiamento de atividades desta natureza.

Hoje a cooperativa comercializa através do PNAE com 14 municípios do Rio Grande do Sul, incluindo com a Prefeitura de Porto Alegre, maior mercado institucional do estado do Rio Grande do Sul e com cerca de 120 escolas estaduais. Além disso existe em execução um PAA com o Hospital da Universidade Federal de Santa Maria (HUSM), um com o Restaurante Universitário (R.U.), com o Banco da Alimentos de Cruz Alta, com as Associações Comunitárias de Porto Alegre através do Fórum Fome Zero, com quatro mil e cem famílias beneficiárias. Existem ainda dois em fase de elaboração: com o Hospital Brasilina Terra de Tupanciretã e com as Associações Comunitárias de Tupanciretã.

Referências bibliográficas:

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **OS SENTIDOS DO TRABALHO AUTOGERIDO:** um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CARRASCO, Cristina. **A Sustentabilidade da Vida Humana:** Um Assunto de Mulheres? In: Faria, Nalu; Nobre, Miriam (Orgs.). A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2003.

GAIGER, Luiz I. G. **Empreendimentos Solidários:** uma alternativa para a economia popular? In: Gaiger, Luiz I. G. (Org.). Formas de Combate e de Resistência à Pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 29/03/2010